

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.226.245 - RJ
(2017/0332639-9)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : JOSÉ ALVES LEMOS
ADVOGADO : LUCIANO ALVES NASCIMENTO - RJ178509
EMBARGADO : UNIÃO
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios apresentados por **José Alves Lemos** contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (I) não houve ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15 e; (II) incidência da Súmula 7/STJ.

Em suas razões, a parte ora embargante aponta a existência de omissões, sustentando que *"o agravo em recurso especial sustenta que não é preciso contrariar a Súmula 7 desse STJ para determinar que houve ofensa ao artigo 10 do CPC, pois a necessidade de prévia manifestação da parte sobre fato novo invocado no julgamento da causa é questão de direito e é incontroverso que o tribunal local reformou a sentença com base na existência da previdência privada REFER sem que nenhuma das partes tivesse arguido ou se manifestado sobre isso antes do julgamento da apelação/remessa necessária. [...] Tal violação ao artigo 10 do CPC vem sendo arguida desde os embargos declaratórios opostos em face do acórdão que reformou a sentença (folha 378) e é suficiente para dar provimento ao agravo em recurso especial, a fim de que o recurso especial seja admitido e provido, sendo certo que essa questão não poderia ser ignorada pela decisão aqui embargada. Sendo assim, com base inciso II do artigo 1.022 do CPC, o embargante pede que vossa excelência supra a omissão apontada e aprecie este fundamento do agravo em recurso especial sobre a ofensa ao artigo 10 do CPC. [...] O agravo em recurso especial sustenta que os acórdãos do TRF2 que julgaram a apelação/remessa necessária e os embargos declaratórios são nulos porque, ao contrário daquilo que determina o inciso VI do § 1º do artigo 489 do CPC, a corte local, "sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento*

Superior Tribunal de Justiça

ou a superação do entendimento”, deixou de aplicar os precedentes invocados pelo embargante nas suas manifestações, isto apesar daqueles precedentes concederem o benefício pretendido para jurisdicionados em situação análoga.” (fls. 496/500).

As razões do recurso foram impugnadas (fls. 540/541).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para correção de erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Com efeito, ficou devidamente consignado na decisão embargada que não ocorreu *ofensa aos arts. 489 e 1.022, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional, bem como a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais e apreciada pelas instâncias ordinárias, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.* (fls. 490/492).

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegada omissão do *decisum* embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada não configura hipótese de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC.

2. A remessa dos autos para julgamento do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal é decorrência lógica da regra insculpida no art. 543, §1º do CPC.

3. Inexistir qualquer fundamento relevante que justifique a oposição dos presentes embargos ou que venha infirmar as razões contidas na decisão embargada.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1471797/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado.

2. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a Embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado. Precedentes.

3. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no REsp 993.078/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/9/2014, DJe 10/10/2014)

Superior Tribunal de Justiça

Ainda na linha de nossa jurisprudência, "os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida" (EDcl no AgRg no AREsp 859.232/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016).

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator